

A Agricultura Paulista em 1905 ♦

Francisco Vidal Luna

Professor - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP)
Endereço: Av. Professor Luciano Gualberto, 908, Cid. Universitária - São Paulo - Brasil
CEP: 05508-010 - E-mail: fvluna1@usp.br

Herbert S. Klein

Professor - Stanford University e Columbia University
Hoover Institution - 434 Galvez Mall, Stanford University
Stanford, CA, 94305-6010
E-mail: hsk1@columbia.edu

William R. Summerhill

Professor - UCLA - University of California at Los Angeles
Department of History, University of California, Los Angeles
235 Jacaranda Place, Fullerton, California, USA, 92832
E-mail: wrs@history.ucla.edu

Recebido em 18 de novembro de 2011. Aceito em 10 de dezembro de 2012.

Resumo

O estudo revelou a importância da cafeicultura e que a grande produção cafeeira coexistia com milhares de pequenos e médios produtores também dedicados à cafeicultura. Mostrou também a existência de ampla produção agrícola voltada ao mercado interno, cultivos em grande parte feitos em unidades produtoras de café. A Mogiana era a região agrícola mais importante e o Vale do Paraíba havia perdido importância na agricultura paulista. O estudo também demonstra a alta produtividade das áreas novas. A ampla rede ferroviária existente permitia expandir a agricultura mantendo ou mesmo ampliando a produtividade da agricultura. Com disponibilidade de terras e com uma intensa imigração europeia, apenas o mercado poderia evitar a expansão da cafeicultura. Merece realce a baixa tecnologia adotada. Poucos agricultores, mesmo nas regiões mais dinâmicas, utilizavam arados e outros equipamentos similares ou se serviam de adubos químicos.

Palavras-Chave

cafeicultura, agricultura, São Paulo, censo agrícola de 1905

Abstract

This study analyzes the importance of the coffee plantations in São Paulo in 1905 and shows that the major coffee producers coexisted with thousands of small and medium farmers also dedicated to coffee production. This analysis of the agricultural sector also shows the existence of a large sector committed to production for the internal market, in many cases in units dedicated to coffee production. The Mogiana region was the most important agricultural zone in the state, with the Valley of Paraíba having lost

♦ Agradecemos a colaboração de Molly Ball, Bianca Giberti, Elena Moroz e Svetlana Pimkina.

its importance by this period. Our study also demonstrates the high productivity of the new agricultural zones. The expansion of the railroad system permitted paulista agriculture to expand production and to maintain its productivity. With land available and an intense European immigration providing labor, it was inevitable that coffee production was expanding. This occurred despite the low level farming technology adopted. Few farmers, even in the most dynamic region, utilized the plow or similar equipment or applied chemical fertilizers.

Keywords

coffee, agriculture, São Paulo, agricultural census of 1905

JEL Classification

N56, Q15

Os primeiros anos do século XX foram de crise na economia cafeeira. A política de estabilização implantada a partir do governo Campos Salles (1898-1902) - que valorizou a moeda nacional e afetou a remuneração interna dos cafeicultores - e um excesso estrutural da oferta de café, ocasionaram uma profunda crise no setor, que passou a reivindicar uma intervenção governamental no mercado.¹ Embora o governo desejasse o mercado livre, viu-se obrigado a efetuar a solicitada intervenção em razão da safra excepcional de 1906. O café era crucial para o Brasil, pois representava sua principal atividade econômica e contribuía com mais da metade das exportações. Se o café era importante para o país, constituía a base econômica essencial do Estado de São Paulo, gerando emprego, demanda interna, movimentando as ferrovias e financiando os principais investimentos públicos e privados; representava também um terço da receita fiscal do estado. Ademais, a classe política paulista e seus principais empreendedores dependiam economicamente da cafeicultura.

Naquele momento de crise, o governo do estado decidiu realizar o primeiro censo geral da agricultura paulista.² O censo, embora utilizado por vários pesquisadores,³ não havia servido para um estudo amplo da agricultura paulista, como realizado neste artigo.⁴

Pretendemos efetuar o estudo por localidade e pela classificação regional usualmente adotada até meados do século XX, composta por dez zonas.⁵ Algumas de ocupação antiga como a região da Capital, o "Vale do Paraíba e Litoral Norte", "Santos e o Litoral Sul", a Baixa Sorocabana, a região Central e algumas áreas da Mogiana e

da Baixa Paulista. Estas três últimas faziam parte do chamado Oeste Paulista. Outras eram de ocupação recente, como a “Araraquarense, Douradense e Paulista”, a “Noroeste e Alta Paulista” e a Alta Sorocabana.⁶ Embora existissem áreas ocupadas desde o início da colonização, a exploração ampla do território paulista somente ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, graças ao café e à implantação da rede ferroviária, que reduziu dramaticamente os custos de transporte e propiciou a exploração do sertão.⁷ A inauguração da São Paulo Railway em 1867, e de uma série de troncos ferroviários pelo interior do estado, disponibilizaram terras virgens de excepcional qualidade, permitindo expandir extraordinariamente a fronteira agrícola em direção às terras baixas do Rio Paraná, na fronteira com o Mato Grosso. Além dos troncos centrais, formava-se um mosaico de ramais, servindo e valorizando as terras apropriadas ao cultivo do café. A estrada de ferro São Paulo Railway, controlada por capitais ingleses, estendia-se por 139 km e ligava o porto de Santos à cidade de Jundiaí, passando pela capital, que preservava sua tradicional função no sistema de transportes do estado.

A partir de Jundiaí surgiram outras ferrovias, como a Paulista e a Mogiana, dedicadas essencialmente ao café. No mesmo período, construiu-se a Sorocabana, que na sua fase inicial atendia também aos produtores de algodão. Havia também a ligação ferroviária entre o Rio de Janeiro e São Paulo, que cortava o Vale do Paraíba. Assim, ao final do século XIX, a cidade de São Paulo era servida por três ferrovias, a São Paulo Railway, a Sorocabana e a Central do Brasil,⁸ e estava totalmente interligada à complexa rede ferroviária que atendia as áreas produtivas do interior do estado, seus principais núcleos urbanos e o porto de Santos. A ferrovia permitia aos cafeicultores residirem na cidade de São Paulo, graças ao acesso rápido e eficiente propiciado pelo sistema ferroviário. Pelas estradas de ferro transitavam também os imigrantes, que chegavam à cidade de São Paulo e dali eram encaminhados para as fazendas localizadas no interior do estado.⁹

O censo de 1905 contém dados de 49.184 propriedades e proprietários agrícolas, distribuídos por 165 municípios.¹⁰ Os homens (93%)¹¹ e os brasileiros (84%) predominavam. Os italianos (9,9%) e os portugueses (3,2%) eram os estrangeiros mais representativos,¹² seguidos pelos alemães e espanhóis. A maioria pertencia a pessoas físicas individuais (46.199 casos), mas também encontramos um número

expressivo de propriedades em nome de herdeiros, sociedades de pessoas e empresas (ver Anexo 1). Encontramos no censo 1.607 proprietários com mais de uma propriedade, totalizando 3.695 unidades agrícolas.

O censo não esclarece a respeito dos direitos de propriedade das terras recenseadas, nem quanto à forma de obtenção das propriedades. Mas pelas características da ocupação do estado, feita pelo desbravamento de regiões inexploradas, pode-se sugerir a ocorrência de elevada proporção de terras obtidas pela posse ou pela ação agressiva de grileiros.¹³

A preponderância em termos de número de produtores e quantidade produzida coube ao milho, cultivo praticado por 80% dos agricultores. Embora em menor proporção, o feijão também era encontrado em grande parte das propriedades; mas a quantidade era de apenas 13% da produção do milho. A produção de arroz assemelhava-se ao feijão, mas obtida em um número menor de unidades. O café, produto de maior importância econômica, era cultivado por 21.152 agricultores, que colheram 36 milhões de arrobas, correspondentes a 534 mil toneladas ou 8,9 milhões de sacas de 60 quilos (ver Tabela 1).¹⁴

Tabela 1 - Número de propriedades, área, quantidade e valor da produção

Número de propriedades	49.184
Tamanho total das propriedades em alqueires	4.702.030
Área total cultivada em alqueires	584.216
Área média por propriedade em alqueires	98
Área média cultivada em alqueires	13
Número de produtores de café	21.152
Número de produtores de milho	37.995
Número de produtores de feijão	31.372
Número de produtores de arroz	17.251
Área total plantada com café em alqueires	348.192
Área total plantada com milho em alqueires	161.036
Área total cultivada com feijão em alqueires	62.658
Área total cultivada com arroz em alqueires	24.645
Produção de café em arrobas	36.368.510
Produção de milho em litros	823.203.950
Produção de feijão em litros	113.345.688
Produção de arroz em litros	105.383.047
Valor total da produção em mil réis	261.514.091
Participação do café	64%
Participação do milho	16%
Participação do feijão	7%
Participação do arroz	4%
Outros produtos (1)	9%

(1) açúcar, algodão, aguardente, fumo e vinho

O censo menciona a existência de 413.341 trabalhadores, sendo 55% estrangeiros. Embora minoritários, os trabalhadores nacionais estavam presentes em maior número de propriedades (36.996), enquanto os estrangeiros compareciam em 13.544. Mas os estrangeiros localizavam-se nas maiores unidades, o que explica a média de dezessete trabalhadores estrangeiros por fazenda, contra cinco dos nacionais.

A existência de tão elevado número de trabalhadores nacionais é interessante, pois mostra sua importância na agricultura paulista, mesmo após a intensa imigração ocorrida a partir da última década do século XIX. Embora minoritários nas grandes fazendas, estavam presentes em dois terços das unidades produtoras de café e representavam um terço dos trabalhadores ali recenseados.¹⁵

Apesar do porte adquirido pela agricultura paulista, o censo demonstra baixa tecnologia por parte dos agricultores, pois em três quartos dos municípios praticamente não se empregavam arados ou outros equipamentos similares. Mesmo naqueles onde havia maior uso desses equipamentos, a informação era genérica, tal como “usam arado”. Em apenas seis municípios informava-se o uso relativamente amplo desses instrumentos de trabalho.¹⁶ O mesmo ocorria com o emprego de adubos. Em apenas seis municípios registrou-se o emprego de adubos químicos por algum agricultor; nos demais se utilizavam apenas adubos orgânicos, principalmente estrume e palhas.¹⁷ Vários estudos indicam a baixa tecnologia prevalecente na agricultura paulista no início do século XX, entretanto, em razão da escassez da mão de obra, desde a segunda metade do século XIX, algumas fazendas cafeeiras de maior porte já haviam iniciado a mecanização agrícola.¹⁸ Mas mesmo na cafeicultura tais inovações não eram generalizadas e, quando utilizadas, limitavam-se usualmente ao processamento dos grãos e não ao plantio e tratamentos culturais.¹⁹

Por outro lado, uma grande parte dos municípios, particularmente aqueles com maior cultivo de café, eram servidos pela ferrovia. Dos 165 municípios analisados, 87 contavam com estação na própria sede, para outros 45 o serviço ferroviário estava disponível a uma distância de até trinta quilômetros e apenas 12 sedes de municípios localizavam-se a mais de cem quilômetros de uma estação. Isso demonstra a abrangência do sistema ferroviário paulista. O transporte local era realizado por tropas, carroças, carroções, carros de boi, bestas de carga, muares, etc.

Residiam no estado 2.861.221 pessoas e as regiões mais densamente povoadas eram a Mogiana, a Central, o Vale do Paraíba e a Baixa Paulista. A região da Capital, apesar da significativa população da cidade de São Paulo (274 mil pessoas), tinha baixa participação populacional, pelo pequeno número de municípios abrangidos. O Litoral Sul, a Alta Sorocabana, a Baixa Sorocabana e a Noroeste eram as áreas menos povoadas.²⁰ De modo geral, os municípios paulistas, apesar da sua grande extensão, contavam com escassa população. Apenas dezenove possuíam mais de vinte mil habitantes e, no outro extremo, setenta e oito tinham menos de dez mil habitantes. Campinas, Santos, Ribeirão Preto, São Carlos, Jaú e Piracicaba, eram os municípios mais populosos, com média de sessenta mil habitantes. No estado, a média reduzia-se para dezesseis mil pessoas por município. Também os 49.184 proprietários não se distribuíam de modo equilibrado pelo estado, com predomínio dos proprietários do Vale do Paraíba, da região Central e da Mogiana, que perfaziam 60% dos agricultores.

Consideradas as quantidades produzidas e seu valor, prevaleciam a Mogiana, a Baixa Paulista, a Central e a Araraquarense. A Mogiana e a Baixa Paulista destacavam-se pela produção de café: a primeira respondia por um terço da produção e a segunda por um quarto. A zona Central, embora com participação menor (13%), liderava a produção de açúcar, aguardente, algodão e milho. O arroz e o feijão mostravam maior distribuição, mas ainda com grande representatividade da Central, Mogiana e Baixa Paulista. O Vale do Paraíba, centro da produção cafeeira no século XIX, produzia apenas 5% do café do estado, liderava a produção de fumo e apresentava importância no cultivo de arroz, milho e feijão.

Esses resultados podem ser confirmados quando vemos três variáveis importantes: o número de trabalhadores nacionais e estrangeiros existentes nas fazendas, o valor da produção agrícola²¹ e o valor das propriedades. Os trabalhadores nacionais distribuía-se essencialmente pelo Vale do Paraíba, zona Central, Mogiana e Baixa Paulista, entretanto, mais da metade dos trabalhadores estrangeiros encontravam-se na Mogiana e na Baixa Paulista. Com relação ao valor total da produção agrícola, a Mogiana liderava com 27%, seguida pela Baixa Paulista, Central e Araraquarense. Em conjunto estas quatro zonas respondiam por cerca de 80% do valor total da produção.

O café era o principal responsável por tais resultados, pois isoladamente respondia por dois terços do valor da produção (ver Anexo 2).

A distribuição regional do valor da produção agrícola refletia-se no valor das propriedades agrícolas, pois mais da metade provinha da Mogiana (30%) e Baixa Paulista. Se agregarmos a zona Central e a Araraquarense, encontramos novamente o percentual de 80%, embora estas regiões representassem menos de dois terços da área total das propriedades (ver Anexo 2).

A Mogiana, situada a nordeste do estado, era a mais importante área agrícola paulista. Ali residia um quinto da população do estado e um terço dos trabalhadores estrangeiros. A região respondia por um terço da produção de café e um percentual entre 10 e 20% de produtos como açúcar, milho, arroz e feijão. Pela importância desses cultivos, a Mogiana gerava 27% do valor total da produção agrícola. Área de ocupação nova viabilizou-se pela implantação da extensa e complexa rede da Cia Mogiana de Estradas de Ferro, que ocupava o nordeste do estado e servia cidades como Ribeirão Preto e São Simão. Ribeirão Preto, o quarto município mais populoso, despontava como o maior produtor de café do estado; como era também um importante centro produtor de milho, arroz e feijão, ocupava a primeira posição em termos do valor total da produção agrícola paulista. Esse desempenho deveria ser influenciado pela excepcional qualidade dos solos, pois a esmagadora maioria das fazendas recenseadas declarou predomínio de “terra roxa”.²² Apesar da importância agrícola da região, apenas duas cidades, Mogi Guaçu e São José do Rio Pardo declararam uso mais generalizado de arados. Na primeira o recenseador dizia que a “maioria usava arados simples”; na segunda afirmava que “existiam muitos arados simples”. Nas demais cidades o arado era inexistente, raro ou usado apenas em algumas propriedades.

A região era também o principal núcleo de criação animal do estado, com aproximadamente um quinto do rebanho suíno, vacum e muar, liderava a produção de leite e apresentava produção expressiva de toucinho. Franca, Nuporanga e Batatais estavam entre as quatro cidades do estado com o maior rebanho vacum; Franca era a segunda maior produtora de leite; Nuporanga era a terceira cidade com maior número de suínos do estado. A ocupação recente de parte da região explicava o elevado tamanho médio das propriedades, se comparado ao da região Central, de ocupação mais antiga. A importância dos

cultivos e o elevado tamanho médio das propriedades refletia-se no valor médio das propriedades, o triplo do encontrado na região Central.

A Baixa Paulista, segunda maior produtora de café, tinha também significativa produção de milho, arroz, feijão, aguardente e, em menor escala, açúcar; somente era superada pela Mogiana em termos de valor da produção agrícola e no número de trabalhadores estrangeiros. A região tornou-se viável pela implantação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, cujo tronco central partia de Jundiaí e seguia no sentido norte, em direção ao Rio Grande. Três dos seus municípios, São Carlos do Pinhal, Jaboticabal e Araraquara, estavam entre os dez maiores produtores de café. Além do café, nestas cidades ocorriam expressivos cultivos de milho, feijão, arroz e produzia-se aguardente; aliás, Araraquara era o segundo maior produtor de arroz do estado. Pela importância dessas culturas, as três cidades figuravam entre as dez com maior valor da produção agrícola.²³ Mas a região não era apenas lavoura, pois algumas localidades mostravam vocação para a pecuária, como era o caso de Barretos, quase no extremo norte do território paulista, a mais de quatrocentos quilômetros da Capital, e que possuía o maior rebanho de gado do estado. Araraquara e Jaboticabal também tinham rebanhos significativos.

A região Central constituía parte do chamado Oeste Paulista, onde ocorreu o primeiro surto açucareiro na primeira metade do século XIX.²⁴ A região, muito bem servida por ferrovias, mostrava significativa produção de café, açúcar, algodão, milho, feijão, aguardente e vinho. No caso do algodão, respondia por três quartos da produção; no caso do açúcar, 40%. Ali também se concentrava um grande número de trabalhadores nacionais e estrangeiros. O valor da produção da região atingia quase a quinta parte do valor total do estado. Campinas era o principal centro econômico da região e uma das principais cidades paulistas, com alta representatividade na produção de açúcar, café e milho, e ocupando a terceira posição em termos de valor total da produção.²⁵ Desde o início da implantação da rede ferroviária, a cidade tornou-se um dos mais importantes entroncamentos ferroviários do estado; em 1901, por exemplo, metade dos embarques de café da Mogiana ocorreu em Campinas.²⁶ Com 83 mil habitantes e quase treze mil trabalhadores estrangeiros, era a segunda cidade do estado em termos populacionais e pela presença de trabalhadores estrangeiros.²⁷ Campinas era também importante pelo sua pecuária

e ocupava a posição de maior centro de criação de aves em São Paulo. O grande rebanho muar existente em Campinas provavelmente decorria do grande volume de cargas movimentadas no município, pois as tropas de mulas e os carros de boi eram largamente utilizados para o transporte local e regional de mercadorias.

A Araraquarense, servida por três ferrovias, embora de importância menor, comparada às três regiões acima analisadas, revelava também significativa expressão agrícola, com participação de 14% no valor total da produção. Café, açúcar, fumo, milho e arroz eram seus principais produtos. A região tinha cidades com grande importância agrícola, como Jaú, que despontava não só regionalmente, mas no contexto estadual, pois ocupava a terceira posição na produção de café e de milho. Com esses cultivos e outros, como o feijão, o valor da sua produção agrícola somente era superado por Ribeirão Preto, São Simão e Campinas. São José do Rio Preto também merece realce. Embora distante da capital e de ocupação recente,²⁸ era o terceiro maior produtor de arroz e possuía o segundo maior rebanho de gado, inclusive com significativa criação de suínos. Estes animais provavelmente eram abatidos para o processamento de toucinho, pois a cidade liderava a produção desse gênero alimentício. Dos quinze municípios da região, dez eram servidos por ferrovia.

A região da Alta Sorocabana concentrava-se economicamente ao redor das cidades como Avaré, Botucatu, São Manuel e Lençóis Paulista, pois o dito sertão, no extremo oeste do estado, era ainda pouco explorado. A região produzia essencialmente café, fumo, algodão e milho. Em cada um destes produtos participava com aproximadamente a décima parte da produção paulista, conferindo-lhe o mesmo percentual no valor total da produção. A cidade mais importante era São Manuel, com grande produção de café e milho. Botucatu era outra importante cidade, também produzindo café e milho, e com representatividade no processamento de aguardente. Ao contrário das demais localidades da região, nestas duas cidades havia uma grande quantidade de trabalhadores estrangeiros. Por outro lado, em Piraju ocorriam significativos cultivos de algodão e de fumo. A Cia Sorocabana, que estava em franco processo de expansão, já servia seis dos municípios da região. Campos Novos Paulista, localizado na fronteira de ocupação, destacava-se pela área, pois representava cerca de cinco por cento da área total recenseada. Pelas características da ocupação, a Alta Sorocabana apresentava área média por proprie-

dade acima das demais regiões, mas com baixa proporção de área cultivada. Embora localizada na fronteira de ocupação, nenhum dos municípios apresentava rebanhos significativos.

O antigo Vale do Paraíba havia perdido a importância econômica do século anterior. Embora essa área tivesse liderado a produção cafeeira do estado durante a maior parte do século XIX, no ano do censo sua participação limitava-se a 5% do total; o fumo e o açúcar eram os produtos mais significativos na região. Embora os trabalhadores estrangeiros tivessem participação diminuta, cerca de um quarto dos trabalhadores de origem nacional situava-se na região. Do ponto de vista do valor total da produção, o Vale do Paraíba respondia por menos da décima parte do total do estado, sendo Guaratinguetá, Taubaté, São José dos Campos, Cunha, Pindamonhangaba, Lorena e Caçapava os núcleos mais importantes. Bananal e Areias, antes importantes núcleos cafeeiros, tinham pouca representatividade econômica no início do século XX.²⁹ A cidade de Cunha merece realce, pois sua posição entre as maiores cidades, em termos de valor da produção, ocorria pela elevada produção de milho, característica já identificada na primeira metade do século XIX. Tanto no século XIX como em 1905, o milho alimentava um importante rebanho suíno, utilizado para a produção de toucinho.³⁰

Ao contrário das zonas acima analisadas, a região da Capital nunca foi uma área de expressão agrícola.³¹ A cidade de São Paulo, o município mais populoso do estado, tinha sua importância crucial no sistema de transportes e era o caminho natural ao porto de Santos. Além das funções típicas de capital do Estado, também centralizava os serviços financeiros da economia paulista e era o núcleo de recepção e distribuição dos imigrantes que chegavam ao estado para trabalhar na agricultura. Como área de ocupação mais antiga, mostrava maior nível de fracionamento da terra e propriedades de menor tamanho médio. Assim, enquanto as propriedades com área menor do que dez alqueires representavam um terço das unidades agrícolas do estado, na região da Capital esse percentual atingia dois terços. A maior parte dos agricultores dedicava-se à produção de milho e feijão, sendo raros os produtores de café, açúcar e fumo (ver Anexo 2).

As demais regiões do estado, Noroeste, Baixa Sorocabana e Litoral Sul tinham menor expressão na agricultura paulista. Em 1905 a região Noroeste, que se estendia para o extremo oeste do estado,

em direção ao Rio Paraná, limitava-se ao município de Bauru, e era na sua maior parte composta por áreas inexploradas. A Baixa Sorocabana, embora de ocupação antiga, tinha pouca importância agrícola. Apesar disso, dois municípios merecem realce: Itaporanga e Bom Sucesso do Itararé. Itaporanga era o segundo maior produtor de milho do estado, provavelmente para abastecer sua pecuária, pois o município possuía o segundo maior rebanho de suínos e ocupava a quarta posição na produção de toucinho. O cultivo do fumo também apresentava importância em Itaporanga. Bom Sucesso do Itararé era um dos principais centros produtores de algodão. Por fim, a região do Litoral Sul, que incluía Santos, era de baixa importância agrícola. Iguape era uma exceção, pela elevada produção de arroz.³² Estas três regiões, de baixa importância agrícola, tinham poucos trabalhadores estrangeiros e, das dezesseis cidades, apenas três eram servidas por estradas de ferro. As cidades de Santos e São Vicente recebiam os serviços da São Paulo Railway; Bauru era atendido pela Sorocabana. Posteriormente a Cia. Paulista e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil também chegaram a Bauru, transformando o município em um importante entroncamento ferroviário.

Havia muita disparidade no tamanho das propriedades no estado, em média maiores quando localizadas nas áreas da fronteira da ocupação. O maior proprietário de terras declarou possuir uma fazenda com cem mil alqueires e a média das vinte maiores propriedades superava os vinte mil alqueires. As grandes propriedades tinham geralmente baixo nível de aproveitamento econômico³³ e situavam-se em municípios em processo de ocupação, como Bauru, Campos Novos Paulista e São José do Rio Preto.³⁴ Considerando um segmento mais amplo, constituído pelas 480 maiores fazendas e que representavam 1% das propriedades, a situação alterava-se. Este grupo, com tamanho médio acima de três mil alqueires, controlava um terço da terra recenseada, gerava a décima parte do café produzido em São Paulo e utilizava igual proporção dos trabalhadores existentes no estado.

Os nove mil maiores proprietários agrícolas, que formavam os dois últimos decis em termos de tamanho, controlavam 80% da terra, dois terços da área cultivada, respondiam por três quartos da produção de café e dois terços do milho.³⁵ No extremo oposto, os 43 mil agricultores compreendidos nos oito primeiros decis, possuíam apenas 17% da área total, mas representavam um terço da área cultivada, geravam um quarto do café e um terço do milho. Este con-

junto de pequenas propriedades absorvia mais de um terço dos trabalhadores, proporção similar à sua participação na área cultivada. A distribuição das propriedades por faixas de tamanho permitem aprofundar essa questão. Vemos que as propriedades com até cem alqueires, embora compondo 84% das unidades, somavam um quinto da área, enquanto as propriedade de grande porte, acima de mil alqueires, com pouco mais de 1% das unidades, compunham mais de um terço da área (Gráfico 1).³⁶

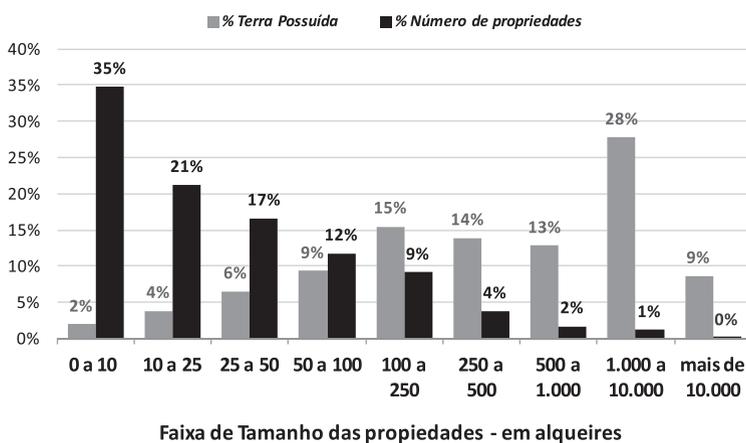


Gráfico 1: Faixas de tamanho de propriedade agrícola Percentual do número de casos e da terra possuída

Podemos também segmentar as propriedades agrícolas pelas características dos proprietários. Os homens controlavam 95% da terra recenseada e mostravam tamanho médio de propriedade superior ao das mulheres. Os brasileiros possuíam mais de 90% da terra, vindo a seguir os italianos e portugueses, com peso praticamente similar; os proprietários de outras origens controlavam percentual de terra reduzido. O tamanho médio das unidades agrícolas dos brasileiros superava a das demais origens e os italianos possuíam propriedades relativamente pequenas, cuja média era um terço da média dos brasileiros e a metade da área média dos portugueses. A maior parte das terras era controlada por pessoas físicas, mas as sociedades de pessoas e empresas, embora em pequeno número, possuíam a décima parte da terra recenseada, pois em geral controlavam propriedades de maior porte. Mostravam também elevado nível de aproveitamento da terra. (Ver Anexo 1). As colônias, as propriedades públicas e as terras devolutas pouco representavam.

Como foi dito, o censo se destinava a avaliar a agricultura e não a estrutura fundiária, portanto apenas considerou terras devolutas ou propriedades públicas envolvidas na atividade agrícola.³⁷

A distribuição desigual das propriedades agrícolas refletia-se no elevado índice de Gini, que resultava 0,794 entre as propriedades e 0,801 entre os proprietários. O índice entre os proprietários era maior, pois como foi dito, vários possuíam mais de uma propriedade. Se compararmos estes resultados com os índices de Gini da distribuição da terra em São Paulo relativos a 1817 (0,86)³⁸ e 2003 (0,816),³⁹ notamos que a elevada concentração da propriedade fundiária em São Paulo tem raízes históricas e permanece inalterada por mais de dois séculos

O censo mostra a existência de 21.152 produtores de café, com franca maioria masculina, como eram os agricultores em geral. Entretanto, talvez por herdarem suas propriedades e estas fossem unidades já consolidadas, as mulheres mostravam média de produção superior à observada entre os homens. A produção média dos brasileiros superava a dos italianos e dos portugueses, mas era inferior ao conjunto dos proprietários de outras nacionalidades.

Como o censo apresenta dados por unidade produtiva, vemos que os cafeicultores, responderam por três quartos da produção do feijão, dois terços do milho, cerca da metade do açúcar, da aguardente, do arroz e do vinho, bem como um terço do fumo.⁴⁰ Por essa razão o peso das fazendas cafeeiras ultrapassava o valor econômico do café, respondendo pelo elevado percentual de 86% do valor da produção agrícola paulista; o café isoladamente explicava cerca de dois terços deste valor. Ou seja, um quarto do valor da produção das fazendas de café provinha de outros cultivos. Estes resultados demonstram a importância dos cafeicultores no valor da produção, tanto pelo valor da produção de café, como pelo cultivo de alimentos, que poderiam servir tanto ao consumo na própria unidade produtora, como ao abastecimento do mercado interno. Indicam também que além dos pequenos lavradores voltados à produção de gêneros alimentícios, para seu próprio consumo, ou para venda ao mercado, havia uma intensa produção de produtos alimentícios consorciada com a cafeicultura. Sabemos que era usual o plantio de cultivos temporários entre os pés de café, particularmente nos cafezais novos. Também conhecemos a prática de contratar os colonos com cláusula que permitia aos traba-

lhadores cultivarem gêneros alimentícios entre os pés de café ou em áreas menos adequadas ao plantio de café. Isso também ocorria com os contratos de empreitada, firmados para o plantio ou reposição do cafezal.⁴¹ Entretanto, não é possível identificar qual a proporção desses cultivos pertencentes aos proprietários, aos colonos e aos contratados por empreitada. Assim, em razão da produção de café e de outros produtos agrícolas, as fazendas cafeeiras empregavam em média dezesseis trabalhadores, contra apenas três das unidades não produtoras de café, explicando o peso excepcional dos trabalhadores empregados nas unidades produtoras de café: 80% dos trabalhadores em geral e 94% dos estrangeiros. Como havia essa produção simultânea de café e outros cultivos, torna-se impossível identificar a força de trabalho efetivamente empregada na atividade cafeeira em cada propriedade agrícola (Anexos 2 e 3).

A produção média de café por propriedade atingia 1.719 arrobas (421 sacas), com muita disparidade entre as fazendas e entre as regiões. A produção média por pé de café resultava 0,054 arrobas (793 gramas); a produção média por alqueire cultivado com café alcançava 106 arrobas (26 sacas); por fim, cada trabalhador produzia 110 arrobas em média (27 sacas), lembrando que este último número poderia estar influenciado pela existência de outros cultivos nas fazendas cafeeiras. Talvez o trabalho nesses cultivos fosse feito pelos mesmos trabalhadores dedicados ao café, mas aproveitando o tempo ocioso no trato do cafezal.

A Baixa Paulista, importante região produtora de café, apresentava a maior média de produção de café por fazenda, a refletir a maior área média plantada com café e o elevado número médio de trabalhadores por fazenda e demonstrando a maior escala de produção. Entretanto, entre as cinco regiões com alta produção de café,⁴² a Araraquarense e Alta Sorocabana apresentavam os melhores desempenhos em diversos indicadores de produtividade, como produção por alqueire, produção por pé de café e produção por trabalhador. Por outro lado, no tradicional Vale do Paraíba esses indicadores eram a metade dos obtidos nas quatro regiões de maior rendimento.⁴³ Como a escala de produção também era menor, o efeito simultâneo do menor tamanho médio e da baixa produtividade reduzia significativamente a produção média das fazendas de café daquela tradicional região. Estes resultados confirmam a visão geral de decadência do Vale,

iniciada na segunda metade do século XIX e intensificada com a libertação dos escravos.

Por outro lado, mesmo a região Central, que na segunda metade do século XIX se tornara a alternativa de alta produtividade para a expansão da cafeicultura, também mostrava indicadores relativamente baixos se comparados aos obtidos nas regiões de ocupação mais recente, como a Mogiana, a Baixa Paulista, a Araraquarense e a Alta Sorocabana. A produção média por fazenda era a metade da encontrada naquelas zonas, em parte pela menor escala de produção, mas também pelos menores indicadores de produtividade da terra, do trabalho e no rendimento por pés de café (ver Anexo 3).⁴⁴ Os resultados sugerem a existência de uma fronteira agrícola virgem, que permitia incorporar áreas novas, de alto rendimento, mantendo ou ampliando a produtividade média da cafeicultura. A implantação dos grandes eixos ferroviários e de uma ampla malha ferroviária coletora viabilizava a expansão da cafeicultura, fortalecendo o papel do Estado de São Paulo na produção mundial de café. Enquanto houvesse terra virgem, mão de obra disponível e transporte eficiente, a cafeicultura aumentaria sua produção. Somente fatores de mercado poderiam limitar esse processo, como ocorreu na primeira década do século XX, com a crise de superprodução do café.

A segmentação do tamanho das propriedades, da área plantada com café e da produção cafeeira, mostra inegável concentração da atividade. Os cultivos cafeeiros com área total de até cem alqueires perfaziam quatro quintos das fazendas e respondiam por um terço da produção; por outro lado, um quarto do café era proveniente de um número pouco significativo de unidades com área total superior a quinhentos alqueires. A análise da área plantada com café mostra resultados similares. Cerca de dois terços dos cafeicultores plantavam até dez alqueires, mas respondiam por pouco mais de um quarto da produção total; os outros nove décimos ficavam por conta das unidades com mais de dez alqueires. A segmentação por tamanho da produção de café revela o mesmo padrão de concentração. Três quartos dos produtores, que atingiam produção de até mil arrobas (25 sacas), respondiam por pouco mais de um quarto da colheita de café; o restante provinha das unidades com produção superior a mil arrobas; cerca de um terço dos cafeicultores. Tais resultados evidenciam a significativa concentração da atividade cafeeira mas, ao mesmo tempo, mostra a importância numérica dos pequenos produ-

tores e dos proprietários com pequenas áreas de terra (ver Tabela 2). Como resultado dessa concentração, encontramos um índice de Gini da ordem de 0,774 para a distribuição da produção de café, valor similar ao encontrado para a distribuição das propriedades.

Tabela 2 -Café: por faixas de produção, área e área plantada (café em arrobas e área em alqueires)

Tamanho da propriedade		Área plantada café		Produção café	
Faixas em alqueires	Arrobas café	Faixas em alqueires	Arrobas café	Faixas em arrobas	Arrobas café
0 a 10	911.529	0 a 2	818.042	0 a 100	350.088
10 a 25	1.864.984	2 a 5	1.653.564	100 a 250	684.229
25 a 50	3.147.880	5 a 10	2.259.842	250 a 500	1.367.905
50 a 100	5.386.986	10 a 25	4.761.315	500 a 1000	2.248.141
100 a 250	10.038.618	25 a 50	6.723.566	1000 a 2500	4.011.008
250 a 500	6.837.855	50 a 100	8.284.350	2500 a 5000	6.020.203
500 a 1.000	4.089.587	100 a 250	8.169.575	5000 a 10000	7.665.706
1.000 a 10.000	3.751.685	250 a 500	2.130.000	10000 a 25000	8.628.555
mais de 10.000	279.550	500 a 2100	1.553.000	25000 a 50000	3.474.675
total	36.308.674	total	36.353.254	50000 a 400000	1.918.000
				total	36.368.510

Faixas em alqueires	Número	Faixas em alqueires	Número	Faixas em arrobas	Número
0 a 10	5.264	0 a 2	7264	0 a 100	5.571
10 a 25	4.640	2 a 5	4690	100 a 250	3.762
25 a 50	3.882	5 a 10	3095	250 a 500	3.481
50 a 100	2.994	10 a 25	2740	500 a 1000	2.791
100 a 250	2.534	25 a 50	1705	1000 a 2500	2.289
250 a 500	1.039	50 a 100	1025	2500 a 5000	1.606
500 a 1.000	428	100 a 250	493	5000 a 10000	997
1.000 a 10.000	248	250 a 500	59	10000 a 25000	544
mais de 10.000	11	500 a 2100	9	25000 a 50000	97
total	21.040	total	21.080	50000 a 400000	14
				total	21.152

Quando analisamos os maiores produtores de café a concentração reafirma-se. Seleccionamos os trinta e quatro maiores donos de 149 fazendas. Estes, com apenas 2% da área recenseada, respondiam por um décimo da área plantada com café, dos pés de café e da produção. Ademais, mostravam participação semelhante na produção de açúcar, feijão e respondiam por cerca de 3% da produção de arroz, milho e aguardente. Como decorrência, geravam 8% do valor total da produção agrícola do estado. Para tanto, utilizavam 6% dos trabalhadores, a quase totalidade composta por estrangeiros. Alguns desses cafeicultores eram pessoas ou empresas de realce na economia e sociedade paulista, como Veridiana Prado & Filhos, Martinho da Silva Prado, Rodrigues Alves & Irmão, Prado Chaves & Comp. ou entidades financeiras como o Banco de Crédito Real de São Paulo e também empresas estrangeiras, como a Cia. Agrícola Fazenda Dumont.

Segundo o censo, Francisco Schmidt, alemão, era o maior produtor de café do estado. Possuía trinta e uma fazendas, concentradas em Ribeirão Preto e Sertãozinho, com área total de 12 mil alqueires, um

terço da área plantada com sete milhões de pés de café, obtendo 455 mil arrobas de café, mais de 1% da produção paulista. Respondia por percentual similar da produção de aguardente, feijão e era também grande produtor de milho. Suas fazendas tinham mais de quatro mil trabalhadores, dos quais mais de três mil eram estrangeiros. O valor da sua produção correspondia a um por cento do valor da produção agrícola paulista.⁴⁵

Em duas propriedades, localizadas em Tambaú e São Simão, Henrique Dumont, utilizava mais de dois mil alqueires para o plantio de aproximadamente dois milhões de pés de café, dos quais colhia 415 mil arrobas do produto. Com mais de dois mil trabalhadores, quase todos estrangeiros, era também um dos grandes produtores de açúcar do estado (3,8%) e, em menor escala, produzia aguardente e outros cereais. A seguir encontramos a Cia. Agrícola Fazenda Dumont, controlada por capitais ingleses, proprietária de duas fazendas, uma em Ribeirão Preto e outra em Sertãozinho, com cerca de três milhões de pés de café, mais de três mil trabalhadores e produção de 310 mil arrobas de café. Henrique Dumont também cultivava muito feijão, arroz e milho.⁴⁶

Além do café, apenas o fumo destinava-se à exportação; os demais produtos, inclusive o algodão, destinavam-se ao mercado interno. A importância relativa dos vários produtos gerados na agricultura paulista pode ser avaliada pelo respectivo valor da produção. O domínio absoluto cabia ao café, com cerca de dois terços; os cereais (milho, arroz e feijão) participavam com um quarto, com maior representatividade do milho. O açúcar e a aguardente em conjunto contribuía com 7%, enquanto o algodão, o fumo e o vinho tinham reduzido peso no valor total da produção agrícola (Anexo 2).

Através de 38 mil lavradores, a produção de milho atingiu 823 milhões de litros em 1905, cerca de 700 mil toneladas.⁴⁷ Como as fazendas também praticavam a criação animal, talvez parte da produção de milho fosse consumida para alimentar o próprio rebanho, sem circulação pelo mercado. O gado poderia destinar-se ao fornecimento de carne, toucinho, leite, lã, ou poderia ser utilizado como meio de transporte ou instrumento de trabalho agrícola. O censo aponta a existência de rebanho com 2,5 milhões de cabeças, sendo 1,9 milhão para criação e 600 mil destinados ao trabalho.

Os suínos constituíam a metade do rebanho; os bovinos representavam a terça parte do plantel.⁴⁸

O milho, pela facilidade de cultivo e grande demanda interna, era o plantio mais generalizado, atraindo grandes e pequenos proprietários. Metade dos lavradores produzia até dez mil litros de milho por ano, cerca de oito toneladas ou 133 sacas, e respondia por apenas 14% da produção. O mesmo ocorria com a área cultivada; dois terços dos produtores plantavam até dois alqueires de milho, mas contribuíam com menos de um quinto da produção. Por outro lado, os plantios de dez ou mais alqueires efetuados por apenas 8% dos produtores, geravam a metade da colheita. Apesar desses resultados, a produção de milho mostrava-se menos concentrada do que a produção de café, demonstrado pela comparação dos índices de Gini: 0,663 para o milho e 0,774 para o café.

Segmentados os produtores de milho, vemos grande disparidade entre os que também produziam café e os que não produziam café. O segmento não envolvido no cultivo de café apresentava produção média de produção de 15 mil litros de milho, enquanto o grupo cafeicultor atingia média de 29 litros de milho (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição da produção de milho (produção em litros, área em alqueires)

Faixa de produção	Distribuição da produção de milho por tamanho produção			
	Todos os produtores		Não produtores café	
	Casos	Produção	Casos	Produção
0 a 5.000	13.053	40.705.742	7.904	24.417.721
5.000 a 10.000	9.055	71.093.656	5.332	41.575.401
10.000 a 15.000	4.551	59.495.945	2.512	32.708.405
15.000 a 30.000	5.913	132.584.532	2.858	62.923.752
30.000 a 50.000	2.483	102.102.260	987	39.949.780
50.000 a 100.000	1.795	131.306.015	599	43.147.120
100.000 a 250.000	881	138.418.400	235	35.718.800
250.000 a 500.000	194	67.049.700	39	13.414.900
500.000 a 1.000.000	53	37.384.200	9	5.930.000
mais de 1.000.000	17	43.063.500	4	7.716.500
total	37.995	823.203.950	20.479	307.502.379

Faixa área plantada	Distribuição da produção por tamanho área plantada			
	Todos os produtores		Não produtores café	
	Casos	Produção	Casos	Produção
0 a 1	14592	61.080.579	8.955	35.851.013
1 a 2	8837	87.057.184	5.125	47.942.829
2 a 5	7837	150.916.632	4.142	74.841.997
5 a 10	3514	145.416.660	1.444	56.036.320
10 a 25	1611	144.071.015	562	47.300.020
25 a 50	571	105.318.400	126	24.555.750
50 a 100	188	65.750.550	31	13.045.600
100 a 500	41	26.538.450	5	4.001.500
500 a 1000	4	9.160.000	1	3.360.000
mais de 1000	800	27.894.480	88	567.350
total	37995	823.203.950	20.479	307.502.379

Essa estrutura de produção, tamanho e integração com o café, identificada no cultivo de milho, repetia-se com o arroz e o feijão. O feijão só era suplantado pelo café e milho em termos de área cultivada e pelo milho relativamente ao número de produtores, pois estava presente em dois terços das fazendas recenseadas. A média da área plantada com feijão era o dobro da área média plantada com arroz e a metade da área média plantada com milho. O feijão apresentava baixa escala de produção, pois cerca da metade dos cultivos rendiam menos de mil litros de feijão por ano, com produção média de 3.600 litros (cerca de 50 sacas). A grande quantidade de pequenos produtores, com baixa participação na produção total, resultava em índice de Gini de 0,699, superior ao encontrado no cultivo de milho. O cultivo de arroz, também feito em pequena escala, ocorria em aproximadamente um terço das propriedades, com a média de apenas 1,4 alqueires por plantio (ver Anexo 2).⁴⁹

Existiam sete mil lavradores de cana de açúcar, cuja área média cultivada não superava três alqueires, e cuja cana era utilizada no processamento de açúcar e de aguardente.⁵⁰ Cada um desses produtos era feito em quatro mil unidades, das quais mil fabricavam simultaneamente açúcar e aguardente. Embora houvesse semelhança no valor total dos dois produtos, diferiam quanto à estrutura de produção. Quatro quintos dos produtores de açúcar respondiam por menos de um décimo da produção; o mesmo segmento dos produtores de aguardente processava quase um quarto da produção. A maior diferença situava-se entre os grandes produtores: 5% dos maiores produtores de açúcar respondiam por três quartos da produção, na aguardente sua participação limitava-se a 44%. Na verdade a produção de açúcar era extremamente concentrada, pois os dez maiores produtores processavam metade do açúcar e apresentavam médias de produção de 85 mil arrobas, enquanto a média dos demais quatro mil produtores limitava-se a 250 arrobas. Aliás, um quarto da produção era feita por apenas três unidades produtivas.⁵¹ Assim, enquanto o índice de Gini da aguardente (0,691) assemelhava-se aos índices obtidos para o milho e o feijão, o índice correspondente ao açúcar (0,858) denotava elevado grau de concentração. O aspecto inusitado na produção de açúcar era a grande quantidade de pequenos produtores. Cerca da metade produzia menos de mil quilos de açúcar; oitenta por cento produzia menos de três mil quilos. Apenas oito unidades produziram mais de cinquenta mil arrobas de açúcar (750 toneladas). Esses resultados mostram que embora a ativida-

de fosse extremamente concentrada, havia uma escala de produção que permitia acesso a agricultores de pequeno e médio porte, pois 95% daqueles que declararam alguma produção de açúcar plantavam cinco ou menos alqueires de cana e apenas seis cultivaram mais de cem alqueires. Não sabemos se esses pequenos produtores de açúcar processavam o produto diretamente em pequenos engenhos ou serviam-se de unidades maiores, os chamados engenhos centrais, implantados na segunda metade do século XIX, e que processavam essencialmente cana de terceiros.

Avaliados pelo valor total da produção, o fumo e o algodão tinham pouca importância econômica; havia menos de dois mil produtores de cada um dos produtos, ambos com pequena área média cultivada. Mas no caso do algodão, embora houvesse uma grande quantidade de pequenos produtores, ocorria uma elevada concentração, pois um terço do algodão era proveniente de menos de cinquenta produtores. A produção do algodão ocorria em poucos municípios, essencialmente Araçoiaba da Serra, Angatuba, Tatuí, Porto Feliz e Sorocaba.⁵²

Mostramos que grande parte dos cultivos de arroz, feijão e milho ocorria em fazendas também produtoras de café e que ocorria também a produção simultânea de açúcar e aguardente; além disso, encontramos uma grande concentração dos trabalhadores nas fazendas cafejeiras. Examinando a correlação entre as inúmeras variáveis do censo, relativas à posse da terra, mão de obra, área plantada, produção, valor da propriedade e região, como esperado resultou alta correlação entre a produção de café, a área plantada com café e o número de pés de café. E essas variáveis resultavam altamente correlacionadas com os trabalhadores em geral, com os estrangeiros, com o valor das propriedades, com o valor total da produção e também com a produção de feijão, aguardente e arroz, resultados já identificados ao longo deste trabalho.

Conclusões

A análise do censo agrícola realizado em São Paulo no ano de 1905 confirmou resultados esperados, tais como a importância da cafeicultura e a elevada concentração das propriedades agrícolas. Na cafeicultura, encontramos a convivência de grandes unidades produtivas - as quais empregavam milhares de trabalhadores, a maioria estran-

geiros, plantavam milhões de pés de café e colhiam milhares de toneladas de café - e um grande número de pequenos cafeicultores, que representavam a maioria esmagadora dos produtores. Ou seja, embora concentrada no início do século XX, a cafeicultura mantinha-se aberta para lavradores de pequeno e médio porte.

O censo também revelou a significativa importância dos cafeicultores na produção dos demais gêneros agrícolas, como milho, arroz, feijão e também ao açúcar e a aguardente. Os resultados não sugerem a prática da monocultura por parte das propriedades agrícolas que plantavam café. Nesse sentido, o milho destacava-se, pois era o plantio mais generalizado, presente na maioria das propriedades agrícolas, inclusive nas fazendas produtoras de café. Em termos de valor da produção, o milho somente era superado pelo próprio café.

Outra conclusão do estudo é a grande importância agrícola de algumas regiões do estado, como Baixa Paulista, a Central, a Araraquarense, a Alta Sorocabana e a Mogiana, esta líder na produção de café e no valor total da produção agrícola. Todas essas regiões servidas por uma complexa rede ferroviária, atingindo rincões afastados do estado, cujas terras eram incorporadas à agricultura comercial. O Vale do Paraíba apresentava baixa representatividade agrícola naquele período.

Por alguns indicadores de produtividade obtidos, pode-se levantar a hipótese que a expansão agricultura, ocupando áreas virgens do “sertão”, ocorria com manutenção ou mesmo aumento da produtividade média, pois adicionava áreas novas, extremamente favoráveis ao plantio de café. Merece realce a baixa tecnologia adotada. Poucos agricultores, mesmo nas regiões mais dinâmicas, utilizavam arados e outros equipamentos similares ou serviam-se de adubos químicos. Terras virgens de alta qualidade mantinham o rendimento da agricultura e as ferrovias eram um fator fundamental de diferenciação entre as regiões.

Por fim, evidencia-se o uso predominante do trabalhador estrangeiro nas unidades produtoras de café. Mas ao mesmo tempo, o censo demonstra a elevada importância do trabalhador nacional, que representavam 45% do total dos trabalhadores recenseados e estavam presentes em dois terços das fazendas cafeeiras.

Apêndice - Informações sobre o censo, variáveis e procedimentos adotados

Na Lei orçamentária de 1905, alocaram-se recursos para Serviços de Estatísticas e Informações Agrícolas e o Decreto no. 1323 de 23 de outubro de 1905 aprovou as “instruções para o levantamento da estatística agrícola e zootécnica do Estado de São Paulo”. Os cento e setenta e um municípios do estado foram divididos em cinco distritos agrícolas e os dados corresponderiam ao ano agrícola de 1904-05, bem como às estimativas da colheita do ano agrícola de 1905-06.

O levantamento deveria ser realizado até 31 de janeiro do ano seguinte, e sua consolidação e resumos concluídos até 30 de abril do mesmo ano. Havia um roteiro de perguntas a serem respondidas pelos municípios (uso de adubos, máquinas agrícolas utilizadas, os centros de processamento agrícola existentes no município, exportação do município, preços praticados, estabelecimentos de crédito existentes, meios de transporte utilizados, etc.). Cada agricultor responderia outro questionário com os quesitos: características das áreas agrícolas da propriedade e tipo de uso; principais culturas praticadas na propriedade, discriminando área cultivada e produção média; valor da terra por alqueire; valor total da propriedade; número de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Eram solicitadas também informações sobre a situação da pecuária em cada propriedade, com perguntas específicas para cada tipo de animal.

O censo foi editado em fascículos, com informações da produção agrícola e pecuária de cada agricultor. Publicaram-se também resumos com a soma por cidade e as respostas ao questionário a respeito de características gerais do município. Infelizmente perderam-se os fascículos de algumas localidades como Santa Isabel, Tiete, Apiaí, Iguape, Itu e Mogi das Cruzes. Neste trabalho, servimo-nos do material preparado pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade de Campinas, que disponibilizou uma versão em PDF. Ao montar os arquivos, o NEPO realizou uma análise crítica, corrigindo erros encontrados no material publicado. Encontramos algumas inconsistências nos dados, corrigidas antes do nosso processamento.

Os preços utilizados, baseados em vários Anuários Estatísticos de São Paulo, foram: algodão em arrobas: 4\$000; arroz em litros: \$100; açúcar em arrobas: 5\$000; café em arrobas: 4\$622; feijão em litros:

\$160; milho em litros: \$050; tabaco em arrobas: 20\$000; vinho em pipas de 480 litros: 280\$000 (\$5834 por litro); aguardente em pipas de 480 litros: 70\$000 (\$14584 por litro). Em algumas partes deste trabalho apresentamos as quantidades de cereais em quilos ou toneladas. Para tal transformação utilizamos a densidade de cada produto: milho 0,8333 quilos por litro, feijão 0,8333 quilos por litro e arroz 0,6667 quilos por litro, com informações obtidas em Luna e Klein (2001).

Apêndice Estatístico

ANEXO 1 - Características dos proprietários, posse de terra e indicadores agrícolas

Número caso	Área da propriedade		Produção							Trabalhadores			
	Total	Cultivada	Café	Açúcar	Fumo	Algodão	Milho	Arroz	Feijão	Aguardente	Nacionais	Estrangeiros	
Distribuição por gênero													
Homens	43.168	3.633.130	456.813	27.359.126	884.638	102.899	402.515	641.285.751	88.356.520	89.684.713	52.860.204	149.149	167.049
Mulheres	3.031	225.235	34.595	2.223.163	29.626	7.092	19.842	40.789.490	4.604.140	5.770.455	1.700.700	11.234	13.751
total	46.199	3.858.365	491.408	29.582.289	914.263	109.990	422.357	682.075.241	92.960.660	95.455.168	54.560.904	160.383	180.800
Nacionalidade dos proprietários													
Brasileira	40.917	4.233.783	503.579	31.076.425	1.056.584	104.505	486.793	707.123.060	87.104.467	96.388.134	48.032.906	169.355	182.962
Alemã	666	58.036	10.493	800.118	9.340	108	5.360	10.536.200	1.349.180	2.206.715	2.097.930	2.472	7.017
Espanhola	412	10.036	2.899	150.935	2.520	81	750	4.360.820	842.130	788.910	541.810	470	1.508
Portuguesa	1.571	131.912	19.320	1.342.697	50.956	6.185	12.410	24.207.015	3.409.220	3.537.153	2.746.060	4.970	8.485
Italiana	4.821	152.300	33.732	1.974.643	132.454	6.801	12.063	47.533.285	8.616.550	6.260.398	8.248.725	4.335	19.086
Americana	39	5.337	489	10.820	80		3.300	1.133.600	106.250	26.300	490.000	136	140
Austriaca	89	4.118	646	36.130	1.570	94	400	1.051.500	165.400	224.450	101.500	136	516
Francesa	59	8.590	1.742	50.710	266.920	75	50	1.930.890	140.850	209.530	5.133.000	865	1.036
Árabe	15	309	59	4.100				237.000	33.100	3.750		17	16
Belga	25	2.112	200	5.900	400		500	365.000	71.700	38.650	220.000	79	216
Dinamarquesa	9	384	108	4.312	40		100	124.000	67.500	8.100	50.750	29	41
Orega	1	45	4					3.650	4.000	640			2
Inglêsa	27	17.772	4.920	647.150	50.000		2.200	5.270.750	2.341.500	2.904.600	300.000	903	3.799
Paraguaia	2	30	5					1.600				1	1
Polaca	2	95	10					36.000	1.000	1.000	15.000	2	5
Russa	6	11.101	194	10.400	100			94.000	55.000	10.000	23.000	12	108
Sueca	10	325	37	450	2.040			94.480	10.000	18.080	13.000	35	6
Suíça	30	2.806	669	53.480	25			697.100	60.300	100.150		97	539
Síria	11	1.040	136	15.280	400			139.230	5.000	12.200	36.720	17	43
Turca	26	1.909	233	8.400				998.920	144.000	34.498	131.250	124	21
total	48.738	4.642.036	579.476	36.191.930	1.573.429	117.849	523.925	805.338.100	104.527.147	112.774.258	68.181.851	184.057	225.545
Situação jurídica dos proprietários													
Pessoa física individual	46.199	3.858.365	491.408	29.582.289	914.263	109.990	422.357	682.075.241	92.960.660	95.455.168	54.560.904	160.383	180.800
Herdeiros	779	139.314	13.315	755.041	34.385	1.184	56	18.632.530	1.712.150	1.560.410	1.368.120	4.963	4.385
Vários proprietários	490	173.774	12.673	365.100	11.845	3.464	69.375	40.129.110	1.233.407	3.079.810	251.502	5.314	2.210
Sociedade de pessoas	1.150	325.536	37.244	3.140.027	75.089	1.776	5.470	44.289.490	3.812.055	5.897.025	3.254.270	6.813	22.202
Companhia	434	140.777	26.052	2.515.887	768.412	607	2.350	22.425.110	3.992.500	6.658.630	8.490.900	4.386	17.015
Igreja	22	3.559	128	1.120	18.500			1.485.350	600	48.650	28.000	156	34
Propriedade pública	27	31.192	2.240	1.150	1.300	300	100	9.830.500	177.700	46.050	220.000	1.269	63
Colônias	2	2.290	130	2.500	1.200			150.000		15.000	15.000	100	
Diversos moradores	65	14.943	933	2.846	460	1.604	27.978	2.063.419	245.975	292.745	59.115	683	2
Temas devolutas	7	10.893						1.700		10.700		43	
total	49.175	4.700.644	584.132	36.365.960	1.825.454	118.925	527.686	821.082.450	104.135.047	113.064.188	68.247.811	184.110	226.711

Anexo 2 - População, trabalhadores, áreas das propriedades, áreas plantadas, áreas plantadas, quantidades produzidas e valor da produção

	Capital				Baixa				Alta				Total do Estado
	Vale Paraíba	Central	Mojiana	Paulista	Araquariense	Noroeste	Sorocabana	Sorocabana	Litoral Sul	Baixa	Sorocabana	Litoral Sul	
População, áreas e número de trabalhadores													
População	324.750	442.700	501.290	566.320	359.350	212.588	12.150	180.823	72.100	85.250	2.757.321		
Área total propriedades	82.910	529.520	701.060	803.420	610.438	592.908	220.777	633.862	442.878	84.259	4.702.030		
Área total cultivada	6.506	77.227	109.689	143.572	98.119	78.328	2.559	43.666	21.084	3.467	584.216		
Área plantada com café	71	34.519	47.451	113.641	76.587	47.689	1.341	25.345	1.037	502	348.192		
Área plantada com cana	252	4.659	4.825	3.184	2.355	1.910	43	920	350	30	18.528		
Área plantada com algodão	32	99	2.588	9	21	75	-	163	325	574	3.884		
Área plantada com arroz	64	3.086	3.145	5.201	3.649	4.779	165	1.812	1.771	973	24.645		
Área plantada com milho	2.694	19.399	35.963	28.127	28.405	16.742	1.035	13.989	14.507	175	161.036		
Área plantada com feijão	1.410	13.122	12.870	14.100	12.122	3.434	210	2.429	2.000	962	62.858		
Área plantada com fumo	-	895	127	46	37	212	1	223	325	-	1.866		
Área plantada com videiras	177	36	206	76	21	145	-	64	7	-	733		
Valor total das propriedades	20.555.575	73.870.192	141.985.149	317.212.588	209.032.630	141.204.582	7.981.790	103.604.111	14.832.246	2.859.351	1.033.138.213		
Trabalhadores nacionais	4.451	44.294	41.349	32.317	22.787	15.009	847	13.479	10.036	1.849	186.418		
Trabalhadores estrangeiros	1.877	1.782	34.566	78.586	58.765	34.101	787	16.109	289	61	226.923		
População, áreas e número de trabalhadores - número de casos													
População													
Área total propriedades			89	733	33	443	320		81	484	48058		
Área total cultivada	825	161	89	709	33	407	284	49	66	483	43594		
Área plantada com café	5	127	62	639	33	316	104	14	13	247	22281		
Área plantada com cana	39	29	42	89	2	68	32	6	7	70	7012		
Área plantada com algodão			40					2	38	15	1515		
Área plantada com arroz	36	55	78	130	1	310	222	30	60	396	17072		
Área plantada com milho	142	114	89	536	33	389	261	48	68	331	37488		
Área plantada com feijão	90	82	86	84	33	197	208	44	64	433	29181		
Área plantada com fumo			12	4			4	5	15		1861		
Área plantada com videiras	37		2	31		4					397		
Valor total das propriedades	961	191	89	733	33	443	341	53	81	483	47057		
Trabalhadores nacionais	269	191	88	513	29	249	247	51	73	481	36996		
Trabalhadores estrangeiros	491		8	317	29	207	75	3	8	12	13544		

Quantidade produzida e valor da produção													
Numero de pés de café	102.186	76.467.480	95.403.373	215.321.448	151.234.767	93.568.501	2.551.700	49.107.071	2.007.530	391.675	686.155.731		
Produção de café	8.875	1.941.552	4.643.048	12.000.026	7.938.402	5.718.095	104.021	3.858.765	120.314	35.453	36.368.510		
Produção de açúcar	1.400	393.431	727.867	198.383	174.113	198.433	1.476	70.924	59.050	477	1.825.554		
Produção de aguardente	703.303	10.003.356	24.557.860	13.772.070	11.473.975	4.288.435	79.330	2.600.392	752.890	116.200	68.347.811		
Produção de algodão	-	17.010	400.362	402	3.111	2.707	-	52.287	47.664	4.643	528.186		
Produção de arroz	245.400	10.808.740	14.509.553	20.433.065	23.119.750	24.447.375	615.140	5.735.012	4.390.587	1.078.425	105.383.047		
Produção de milho	7.955.775	84.614.529	206.437.318	119.981.485	138.704.915	110.523.640	4.653.600	87.048.390	62.810.588	473.710	823.203.950		
Produção de feijão	1.521.782	16.252.640	21.701.184	33.085.166	25.448.170	8.274.323	189.684	4.146.610	2.662.589	63.540	113.345.688		
Produção de fumo em corda	260	46.231	13.844	2.363	2.642	11.296	64	16.619	25.846	-	119.165		
Produção de fumo em folhas	-	1.658	660	314	310	454	-	326	500	-	4.222		
Produção de uvas	28.719	2.074	6.499	16.366	4.599	1.787	-	6.367	605	467	97.483		
Produção de vinho	49.112	41.994	598.370	643.440	25.890	5.220	-	17.800	9.440	680	1.391.946		
Valor total da produção	821.602	21.305.058	45.803.584	71.846.612	52.617.632	37.576.835	825.532	24.699.205	5.674.580	343.451	261.514.091		
Quantidade produzida e valor da produção - número de casos													
Numero de pés de café	12	127	62	639	32	316	104	14	13	272	22365		
Produção de café	3	127	62	635	32	241	79	13	12	269	21152		
Produção de açúcar	2	19	41	5	5	59	20	6	2	56	3975		
Produção de aguardente	9	19	1	14	2	14	14	6	6	14	3769		
Produção de algodão	-	-	40	40	-	-	-	2	38	15	1474		
Produção de arroz	36	55	78	130	1	310	220	30	60	396	17251		
Produção de milho	142	114	89	543	33	389	260	48	69	331	37995		
Produção de feijão	90	82	86	611	33	197	207	44	64	433	31372		
Produção de fumo em corda	-	-	12	4	-	20	4	5	15	1868	42		
Produção de fumo em folhas	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-		
Produção de uvas	19	-	2	23	-	4	-	-	1	-	270		
Produção de vinho	1	-	2	22	-	2	-	-	-	-	228		
Valor total da produção	146	161	89	705	33	405	278	49	77	482	42538		
Indicadores													
Área média fazendas	82	2.772	7.877	1.096	18.498	1.338	690	9	5.468	174	98		
Área média cultivada	8	480	1.232	202	2.973	192	9	891	319	7	13		
trabalhador por fazenda	2.9	4.9	8.5	15.8	18.3	9.4	5.6	11.2	5.2	3.0	9.7		
% valor café no valor total	5%	42%	46%	77%	70%	70%	58%	72%	10%	48%	64%		
% trab. Estrangeiros	30%	4%	46%	71%	72%	69%	48%	54%	3%	3%	55%		

ANEXO 3 - Indicadores dos produtores de café

	Capital	Vale Paraíba	Central	Mogiana	Baixa Paulista	Araraquense	Noroeste	Alta Sorocabana	Baixa Sorocabana	Litoral Sul
Área média fazendas	31	68	88	107	141	104	619	177	273	190
Área média com café	1,3	8,9	11,8	20,5	28,2	17,7	16,3	14,8	2,5	1,6
Média pés por fazenda	1.842	19.701	23.794	38.872	55.671	34.706	31.070	28.689	4.879	1.245
Trabalhador por fazenda	3,1	6,7	13,9	19,1	27,1	16,0	15,2	14,3	8,0	2,0
Produção por pé	0,089	0,026	0,049	0,056	0,053	0,063	0,042	0,080	0,066	0,091
Produção por trabalhador	53	75	83	114	109	137	87	160	40	56
Produção por alqueire	130	57	98	107	105	124	81	155	129	71
Produção por fazenda	164	504	1.163	2.185	2.948	2.186	1.317	2.291	323	113
Número pés por trabalhador	599	2.935	1.705	2.032	2.053	2.169	2.044	2.000	607	620
% café valor cafeicultores	45%	63%	64%	80%	76%	79%	74%	82%	30%	62%
% trab. Estrangeiros	1%	5%	56%	73%	76%	77%	59%	65%	4%	2%
% fazendas com estrangeiros	4%	6%	37%	61%	76%	71%	41%	46%	8%	4%

Referências

- ALDRIGHI, D. M.; SAES, F. A. M. de. Financing Pioneering Railway in São Paulo: The Idiosyncratic Case of the Estrada de Ferro Sorocabana (1872-1919). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 1, pp. 133-168, janeiro-março 2005.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP), 1901-1920. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1904-1923. 29 v. <http://memoria.nemesis.org.br/>
- BACHA, E. L. Política Brasileira do Café. Uma Avaliação Centenária. In: MARTINS M. & JOHNSTON E. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcelino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., 1992. 15-136.
- CAMARGO, J. F. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- CANABRAVA, A. P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 6, pp. 77-129, dez. 1972.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1977.
- CARVALHO FILHO, I. C.; COLISTETE, R. Education Performance: Was It All Determined 100 Years Ago? Evidence From São Paulo, Brazil. *MPRA Paper* no. 24494, postado em 18 de agosto de 2010. <http://mprapub.uni-muenchen.de/24494/>
- COLISTETE, R.; LAMOUNIER, M. L. The end of plantation? Coffee and land inequality in early twentieth century São Paulo. *MPRA Paper* no. 31833, postado em 25 de junho de 2011, <http://mprapub.uni-muenchen.de/31833/>
- DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. B.Horizonte: Itatiaia; S.Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.
- DEAN, W. *Rio Claro, um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920*. R.Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- FALEIROS, R. N. *Fronteiras do café*. Bauru, Edusc, 2010.
- FERRARO, M.R. *A modernização da Agricultura e da Silvicultura Paulista (Início do século XX)*. Anápolis, Universidade Estadual de Goiás, 2010.
- FERRARO, M.R., MAGRO, T.C. e SILVA FILHO, D.F. da. A gênese da modernização da agricultura em São Paulo. *Revista Ciências Agrárias*, Belém, no. 47, p. 149-161, jan/jun. 2007.
- GIRARDI, E. P. *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estruturafundiaria.htm>
- HOLLOWAY, T. *Imigrante para o café*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- LIMA, R. C. *Pequena História Territorial do Brasil. Sesmarias e Terras Devolutas*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- LUNA, F. V. & KLEIN, H. S. African Slavery in the Production of Subsistence Crops; the Case of São Paulo in the Nineteenth Century. In: ELTIS, D., LEWIS, F.D. and SOKOLOFF, K. L. *Slavery in the Development of the Americas*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 120-149.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.
- LUNA, F. V; KLEIN, H. S. Nota a respeito de medidas para grãos utilizados no período colonial e as dificuldades para sua conversão ao sistema métrico. *Boletim de História Demográfica*, Ano VIII, no. 21 (março 2001), http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd24/fvl.pdf
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MELLO, P. C. M. *The economics of labor in Brazilian coffee plantations, 1850-1888*. PhD Thesis, University of Chicago, Chicago, 1977.
- MILLIET, S. *Roteiro do Café e Outros Ensaios*, São Paulo: Hucitec, 1982.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- MURARI, L. *Tudo o mais é Paisagem: Representações da Natureza na Cultura Brasileira*, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PÁDUA, J.A. 'Cultura esgotadora': agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas o Brasil Império. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, no. 11, outubro 1998, p. 134.
- PINO, F. A. Centenário do censo agrônômico. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 35, no. 5, maio 2005.
- PINTO, A. A. *História da viação pública de São Paulo*, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.
- RAMOS, A. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro, Pap. Santa Helena, 1923. p. 104.
- SILVA, L. M. O. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Campinas: Edunicamp, 1996.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1995.
- SODRÉ, N. W. *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- SUMMERHILL, W. R. Colonial Institutions, Slavery, Inequality and Development: Evidence from São Paulo, Brazil. *MPRA Paper* no. 22162, postado em 17 de abril de 2010. <http://mpra.ub.uni-enchen.de/22162/>
- TESSARI, C.A. *Braços para colheira: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, 2010.
- TESSARI, C.A. *Tudinhas. Rosinhas e Chiquinhos. O Processo de Amancipação dos Escravos e os Livertos no Mercado de Trabalho. Piracicaba: 1870-1920*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

(Endnotes)

- ¹ Sobre o tema, veja-se Delfim Netto (1981, cap. I, II e III), Bacha (1992).
- ² Pino (2005). Neste artigo, servimo-nos da versão eletrônica divulgada pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade de Campinas. Agradecemos a Molly Ball, Bianca Giberti, Elena Moroz e Svetlana Pimkina pela colaboração nesta pesquisa.
- ³ Os resultados agregados do censo foram analisados por Camargo (1981), em estudo clássico a respeito da população em São Paulo, publicado em 1952. Recentemente outros estudos

serviram-se do censo, como: Summerhill (2010), Carvalho Filho e Colistete (2010) e Colistete e Lamounier (2011). O primeiro analisou a desigualdade em 1905, como reflexo das instituições coloniais; o segundo relacionou a estrutura econômica existente em 1905 aos padrões educacionais identificados na atualidade; o terceiro analisou a desigualdade na propriedade da terra cultivada e na estrutura de plantio de café na região Nordeste de São Paulo. Este último trabalho, embora restrito a uma só região do estado, trata do tema da desigualdade na agricultura paulista.

- ⁴ No final do artigo há um apêndice descrevendo os procedimentos adotados e informações coletadas.
- ⁵ As zonas, que seguiam as rotas ferroviárias, eram assim descritas por Camargo “Pela observação verifica-se, no caso do Estado de São Paulo, existirem relações estreitas entre o impulso demográfico das suas diversas zonas, o seu desenvolvimento econômico e a expansão da via férrea, conforme procuraremos demonstrar no decorrer deste trabalho. Em virtude desta sincronização o critério comumente adotado para distinguir as diversas regiões do Estado é a sua designação pelo nome da estrada de ferro que lhe serve. Fala-se assim, em zona da Paulista, da Mogiana, da Noroeste, etc.”. Camargo (1981). Critério similar fora adotado por Milliet em 1939, no seu estudo sobre a evolução do café em São Paulo, Milliet (1982).
- ⁶ Para facilitar a apresentação ao longo do trabalho vamos resumir a denominação das regiões para: Capital, Vale do Paraíba (ao invés de Vale do Paraíba e Litoral Norte), Central, Mogiana, Baixa Paulista, Araraquarense (ao invés de Araraquarense, Douradense e Paulista), Noroeste (ao invés de “Noroeste e Alta Sorocabana”), Alta Sorocabana, Baixa Sorocabana e Litoral Sul (ao invés de “Santos e Litoral Sul”).
- ⁷ “em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada, sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes.” Monbeig (1984. p. 27).
- ⁸ Com a proclamação da República, a antiga estrada de Ferro D. Pedro II, teve seu nome alterado para Central do Brasil.
- ⁹ Sobre as ferrovias em São Paulo, veja-se Saes (1981); Monbeig (1984); Stefani (2007); Matos (1974); Summerhill (2003); Matton Jr. (1977); PINTO (1977) e Aldrighi e Saes (2005).
- ¹⁰ No censo disponível faltam os dados de Santa Isabel, Tiete, Apiaí, Iguape Itu e Mogi das Cruzes. Estas localidades continham 11% das propriedades, 5% da área total e da área cultivada.
- ¹¹ Não havia discriminação de gênero no censo. A classificação foi feita a partir do nome dos proprietários.
- ¹² Os alemães participavam com 1,4%, os espanhóis com 0,8% e as demais nacionalidades com 0,7%.
- ¹³ Monbeig (1984, cap. II). Martins fala da que “uma verdadeira indústria da grilagem de terras surgiu e ganhou corpo principalmente a partir de 1870, a ponto de que algumas medidas legislativas foram tomadas em São Paulo até o final do século, ampliando o prazo de legitimação de posses que cessara em 1854.” Martins (1979). Veja-se também se Lima (1990), Milliet (1982) Sodré (1990), Holloway (1984) e Silva (1996).
- ¹⁴ “todavia é oportuno referir e deixar aqui constatado que esses números representam grande progresso na expansão cultural cerealífera comparados com os de épocas anteriores, justamente no período em que os preços do café eram tão remuneradores que só em benefício de sua cultura convergiam todos os braços, tempo e capitais disponíveis o que determinou grande diminuição da produção cerealífera e como consequência imediata, uma volumosa importação dos similares estrangeiros notadamente de arroz, cuja cultura chegou quase a ser abandonada.” AESP, 1906, II, p. LXI e LXII. A citação acima, que consta da introdução do Anuário Estatístico de 1906, sugere a ampliação da produção de gêneros alimentícios nos primeiros anos do século XIX. A partir dos dados de produção agrícola, que constam dos Anuários Estatísticos de São Paulo no período 1898 a 1905, identifica-se efetivamente um expressivo crescimento da produção dos principais gêneros alimentícios. Se compararmos as médias trienais de 1898-1901 com 1904-1906, encontramos as seguintes taxas de cresci-

mento: arroz 112%, feijão 43% e milho 77%. Cano também demonstra a ampliação da produção local para abastecimento do mercado paulista de alimentos. As importações de arroz, um dos produtos de maior peso entre as importações de alimentos, caem em 1907 a menos de 10% do que São Paulo importava em 1905/1906, e já a partir daquele ano, representam menos de 2% da produção em São Paulo. Cano (1977, p.59). A ampliação da produção desses gêneros alimentícios, não indica a prevalência da monocultura em períodos anteriores. A produção variada de alimentos representava uma característica da Província de São Paulo, não abandonada mesmo com a consolidação da produção cafeeira. Sobre o tema veja-se Luna e Klein (2006, cap. 4) e Luna e Klein (2003).

- ¹⁵ Tessari, ao analisar a coexistência de imigrantes e trabalhadores nacionais nas fazendas de café, afirma que “além de um número fixo de colonos que lhes garantia a sobrevivência do cafeeiro, a fazenda dispunha de um número fixo de trabalhadores para os serviços gerais: camaradas, carreteiros, pedreiros, carpinteiros, os quais podiam mudar de ocupação segundo as exigências do momento. Tessari (2000, p.73-74). Os resultados do recenseamento confirmam essa posição, pois a média de trabalhadores nacionais por fazenda era de 6,9, contra 21,8 dos trabalhadores estrangeiros. Além disso, 57% dos trabalhadores nacionais eram empregados em fazendas com produção acima de 1000 arrobas de café. Esse percentual aumentava para 89% no caso dos estrangeiros.
- ¹⁶ Os mais expressivos eram Lorena, que contava com 30 arados, 5 “planets” e uma secadeira; em Mogi Guaçu a maioria usava arados simples; Dourados era apontado pelo recenseador como o que mais empregava arados e carpideiras; por fim, em Tatuí 20% dos agricultores usariam arados, carpideiras e outros equipamentos. Por outro lado, em Campinas informava-se que “alguns usavam arado”; em Areias o recenseador anotava que “não se usam arados”; em Bananal encontramos: “alguns lavradores empregam arados e outros instrumentos, mas o mais usado é a enxada”.
- ¹⁷ Quando ocorria o uso de adubo químico, seu emprego restringia-se a um ou poucos agricultores. Em Campinas o recenseador escreveu: “utilizam-se os orgânicos: palha de café, resíduos, estrumes, etc. Os Srs. Coroneis José Paulino, José Teixeira Sobrinho, Julio Ottoni e outros, já empregam os adubos químicos”.
- ¹⁸ Em 1884 Nicolau Moreira afirmava “E assim como o escravo tem que desaparecer da lavoura do Brasil, o fogo, a encoivarção não de ser substituídos pelo arado e pela grade; a incineração resultante da queima por outros meios de estrumar a terra; a lavoura extensiva pela intensiva; a grande pela pequena propriedade”. In: (Pádua, p. 134). Veja-se também Ferraro (2010); Tessari (2010); Ferraro, Magro e Silva Filho (2007). Os últimos autores mostram que no início do século XX, a elite paulista toma maior conhecimento da agricultura norte-americana e debate a respeito da necessidade de modernizar a agricultura paulista, vista como atrasada e ainda dependente das queimadas, da enxada e da foice.
- ¹⁹ Segundo Monbeig, no início do século XX ocorria uma modernização na cafeicultura, mas não se tratava de melhoria no trabalho da terra e no trato dos cafeeiros, mas de aperfeiçoamento no preparo dos grãos de café (p. 99). O autor descreve a agricultura paulista como atrasada e altamente predadora. Monbeig (1984). Silva também afirma que a substituição dos escravos pelo trabalhador assalariado acarretou a mecanização de uma parte da produção: as operações de beneficiamento. Silva (1995, p. 48). Augusto Ramos, em 1923, dizia que a mecanização da capina resultaria em “desequilíbrio entre a fase de tratamento dos cafezais e sua colheita. Economizar mão de obra pela mecanização traria consequências negativas na obtenção de mão de obra para a colheita. Ramos (1923, p. 104). Sobre o tema, Tessari afirma “Independentemente do fato de a mecanização do trato (termo que incluía o uso de arado, grade e carpideiras) esbarrar em empecilhos técnicos, como a declividade do terreno e a distância entre os pés de café, o problema maior a ser contornado girava em torno da questão da necessidade de mão de obra abundante e barata, fixa ou nômade, para a ocasião da colheita. A discussão naquele momento já mostrava que a tendência seria mecanizar o cultivo – tarefa mais constante e que requeria ainda grande número de trabalhadores quando feito à mão e à enxada – e tornar temporário o pessoal permanente. Não o faziam não só porque grande parte dos cafezais havia sido plantada em condições que impossibi-

- litavam o uso destas máquinas-ferramentas, mas porque não havia um exército de reserva plenamente formado.” Tessari (2010 p. 196-197).
- ²⁰ Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1905, parte I, p. 411-419. Algumas regiões tinham pouca expressão populacional pelo pequeno número de municípios, como era o caso da região da Capital, Litoral Sul e a Noroeste, esta constituída apenas pelo município de Bauru. A distribuição da população por região mostrava os seguintes percentuais: Mogiana (19,8%), Central (19,2%), Vale do Paraíba (16,5%), Baixa Paulista (12,6%), Região da Capital (11,4%), Araraquense (7,4%), Alta Sorocabana (6,3%), Litoral Sul (3,5%), Baixa Sorocabana (2,9%), Noroeste (0,4%).
- ²¹ Para calcular o valor total da produção agrícola consideramos os seguintes produtos: café, milho, feijão, arroz, algodão, açúcar, aguardente, fumo e vinho.
- ²² Em Ribeirão Preto, 93% dos agricultores declararam que as fazendas eram constituídas de terras roxas de várias categorias; em São Simão esse percentual era de 74%.
- ²³ Aproximadamente metade das propriedades era constituída de “terra roxa” de várias categorias.
- ²⁴ Luna e Klein (2006, cap. 2).
- ²⁵ Nas fazendas recenseadas em Campinas predominaram os solos “arenosos” e “massapé”.
- ²⁶ Pinto (1977).
- ²⁷ Campinas com 12.828 trabalhadores estrangeiros era superada por Ribeirão Preto, com 16.814.
- ²⁸ A região de São José do Rio Preto foi desbravada a partir de 1840. Em 1905, a ferrovia ainda não chegara à cidade, que tinha 5.700 habitantes. A Araraquense chegou à cidade em 1912.
- ²⁹ Sobre a cafeicultura na primeira metade do século XIX veja-se Luna e Klein (2006, cap. 3).
- ³⁰ Luna e Klein (2006, cap. 4).
- ³¹ Em 1935 o município de Santo Amaro foi incorporado à cidade de São Paulo. Santo Amaro fez parte do recenseamento e está classificado como município autônomo na região da Capital.
- ³² Como os dados do recenseamento de Iguape estão extraviados, servimo-nos do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1905. Por este documento, Iguape era o segundo maior produtor de arroz do estado.
- ³³ Entre as grandes propriedades agrícolas havia uma exceção em termos de exploração econômica. Tratava-se de uma fazenda com 13.988 alqueires, de propriedade de Veridiana Prado & Filhos, situada em Sertãozinho, com 1.588 alqueires cultivados, a maioria com café. Tinha mais de um milhão de pés de café e produzia 190 mil arrobas de café. O solo da fazenda era composto por “terra roxa”.
- ³⁴ Embora o tamanho médio das propriedades fosse inferior a cem alqueires, algumas localidades apresentavam média superior a quinhentos alqueires, como Campos Novos Paulista, São Pedro do Turvo, Itaí, Bauru, Bom Sucesso do Itararé e Iporanga, todos da Alta e Baixa Sorocabana e da Noroeste. São José do Rio Preto acusava tamanho médio de pouco menos de trezentos alqueires. A maior propriedade, com área de 100.000 alqueires, pertencia ao Dr. Eugenio de L. Franco & Outros, localizada em Bauru. Esta, que era a maior fazenda recenseada, estava totalmente coberta por matas, sem qualquer cultivo. Era uma poucas propriedades do recenseamento sem aproveitamento agrícola.
- ³⁵ Esses produtores respondiam por 83% da área total, 75% da produção de café, 68% da produção de açúcar, 85% da produção de aguardente, 85% da produção de algodão, 61% da produção de milho, 53% da produção de arroz, 61% da produção de feijão e 70% do valor total da produção.
- ³⁶ Como foi dito, encontramos no censo 1.607 proprietários com mais de uma propriedade, totalizando 3.695 unidades agrícolas. Muitas destas propriedades eram altamente produtivas, com peso marcante na produção total. No caso do café, este conjunto respondia por um quinto da produção total; nos demais produtos a participação situava-se ao redor 10%. A área

- dessas 3.695 fazendas representava 15% da área recenseada, mas controlada por apenas 3,3% dos proprietários.
- ³⁷ Encontramos apenas sete propriedades identificadas como terras devolutas e três dezenas de propriedades públicas.
- ³⁸ Gini obtido a partir de um inventário dos bens rústicos da Capitania de São Paulo em 1817. Canabrava (1972).
- ³⁹ Girardi. *Atlas da Questão Agrária Brasileira*.
- ⁴⁰ As fazendas com café responderam por 53% produção de açúcar, 37% do fumo, 63% do milho, 52% do arroz, 73% do feijão, 45% da aguardente e 53% do vinho produzido.
- ⁴¹ Holloway (1984), Monbeig (1984), Dean (1977), Martins (1979) e Faleiros (2010).
- ⁴² Mogiana, Baixa Paulista, Araraquarense, Central e Alta Sorocabana.
- ⁴³ Como sabemos, a cafeicultura era ainda uma atividade predatória. As áreas novas usualmente apresentavam maior produtividade, perdido ao longo do tempo com a exploração contínua do café, sem a utilização de métodos agrícolas adequados. As maiores produtividades observadas nas regiões Araraquarense e Alta Sorocabana poderiam refletir esse processo de esgotamento das terras cultivadas. Como representavam áreas de recente ocupação ainda preservariam seu potencial produtivo. O Vale do Paraíba, na época do censo, já apresentava solos degradados a explicar a reduzida produtividade.
- ⁴⁴ Em termos de produção de café, as cidades mais importantes eram Ribeirão Preto, São Simão, Jaú, Campinas, São Manuel e São Carlos do Pinhal; quanto à área plantada, os mais importantes eram São Simão, Ribeirão Preto, Campinas e São Carlos do Pinhal e Jaú; as localidades com maior número de pés de café eram Ribeirão Preto, Campinas, São Simão e São Carlos do Pinhal; por fim, o maior número de trabalhadores na cafeicultura ocorria em Ribeirão Preto, Campinas, São Simão, São Carlos do Pinhal e Jau; essas localidades produziam a quarta parte do café do Estado. Se compararmos alguns indicadores das cinco principais cidades em termos de produção de café, vemos que apresentavam diferenças em relação ao conjunto das localidades do censo: maior área média plantada, com maior produção por alqueire cultivado; maior número de trabalhadores por fazenda e ao mesmo tempo menor número de pés por trabalhador.
- ⁴⁵ Francisco Schmidt, nascido na Alemanha em 1850, chegou com os pais ao Brasil em 1858. Depois de trabalhar como corretor de café para a Teodor Wille & Co, e possuir um armazém de secos e molhados em Descalvado, adquiriu uma fazenda em Santa Rita do Passa Quatro e, em 1890 comprou a Fazenda Monte Alegre, localizada em Ribeirão Preto. Em 1913, com dezenas de fazendas, era o maior produtor de café do Brasil, recebendo o título de “Rei do Café”.
- ⁴⁶ A Cia. Agrícola Fazenda Dumont, criada por Henrique Dumont (pai de Alberto Santos Dumont), foi uma das maiores produtoras de café de São Paulo. O porte da fazenda justificou a criação da E.F. Dumont, em 1890, como ramal da Mogiana, que tinha 24 quilômetros e ligava a estação de Ribeirão Preto com a fazenda. No final do século XIX a propriedade foi vendida para os ingleses, que criaram a Dumont Coffee Company.
- ⁴⁷ O milho, arroz e feijão eram medidos em litros no censo de 1905. Podemos efetuar sua conversão para quilos ou toneladas através da densidade dos produtos: milho 0,8333, feijão 0,8333, arroz 0,6667. Assim, a produção em toneladas seria: milho 685.975, feijão 94.450 e arroz 70.258. Luna e Klein (2001).
- ⁴⁸ Os suínos representavam 49%, o gado bovino 29%, os cavalos 9%, os carneiros e as cabras 8% e o gado muar 5%.
- ⁴⁹ Em 1905 os municípios com maior produção eram Barretos, Itápolis, São José do Rio Preto, Monte Alto e São Jose do Rio Pardo. Estes cinco municípios respondiam por cerca de um quarto da produção total do Estado. Lembremos que o censo não continha os dados de Iguape, tradicionalmente grande produtor de arroz.

- ⁵⁰ Situação desses produtos em 1906, segundo Resumo Descritivo AESP: “A cultura de cana de açúcar outrora a principal fonte de riqueza da antiga província, é ainda a cultura mais importante em alguns municípios do Estado e largamente disseminada nele para a fabricação não só de açúcar como da aguardente, dos quais se abastece todo o Estado. Conquanto muito aquém da cifra provável, porque não conseguimos reunir os dados de todos os municípios, atinge, todavia, uma cifra considerável que se eleva para a Aguardente 120.000 pipas e Açúcar 1.340.000 arrobas, com valor de aguardente 8.400.000\$000 e açúcar 7.000.000\$000 o que dá uma média de preços para a aguardente de 70\$000 por pipa e de 5\$000 por arroba de açúcar. Estas unidades são sem dúvida insuficientes para o seu consumo local, o que determina alguma importação de produtos congêneres de Pernambuco e outros centros de produção do norte do país”. Ou seja, São Paulo, nesse período, era importador de açúcar e talvez de aguardente.
- ⁵¹ Os três maiores produtores eram a Sociedade Anonima de Villa Raffard, em Capivari, a Companhia Sucreée de Piracicaba e Arthur Nogueira & Cia. A primeira, com área total de 2160 alqueires, cultivava 550 alqueires com cana e produziu 186.700 arrobas de açúcar. Produziu também cinco milhões de litros de aguardente (7% da produção total do Estado). A Companhia Sucreée de Piracicaba, com área total de 1500 alqueires, plantava 290 alqueires com cana e processava 180.000 arrobas de açúcar. Sediada em Campinas, a Arthur Nogueira & Cia., de Campinas, com área total de três mil alqueires, cultivava cana em 250 alqueires e produziu 120.000 arrobas de açúcar.
- ⁵² Dois terços da produção de algodão concentravam nos municípios de Araçoiaba da Serra, Angatuba, Tatuí, Porto Feliz, Sorocaba, Piraju e Bom Sucesso do Itararé.